

ATA de Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIO AO PRIMEIRO GRAU e os Gerentes dos Processos de Eleição

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Auditório do 5º Andar	22/11/2019	9h37	18h

Pauta: Temas diversos relacionados às solicitações das Zonas Eleitorais.

Demandas de alguns Gerentes de Processos de Eleição: Suprimento de Fundos: estiva,
Logística: rotas e contratação,
Mesários: semana do mesário voluntário.

Processos de Eleição: monitoramento e avaliação.

Alterações na Resolução CNJ nº 194/2014, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Apresentações:

Assunto: Gravação de Palestras e Reuniões Motivacionais ou assistenciais para repassar aos servidores do interior do Estado.

Explanado por: Francisca de Oliveira Garcia (Chefe de Cartório da 54ª ZE)

Tratativas:

- Francisca (54ª ZE) mencionou a transmissão de cursos e palestras para os servidores das Zonas do interior, o que já está sendo atendido pelo TRE; explicou que tal solicitação visa propiciar maior participação servidores das Zonas nos eventos que ocorrem na sede.
- Flávio (ASCOM-WEB) informou que estão estudando melhorias na transmissão.
- Mayron (19ª ZE) sugeriu que fiquem disponíveis na rede.
- Gualter (STIC) informou que durante a noite, se os servidores ficarem conectados nas Zonas, é possível baixar os arquivos, em seguida explicou os custos do contrato da rede, considerando pouco provável que o TRE aumente a verba destinada para essa finalidade para melhorar a qualidade do serviço, devido ao alto custo.
- Guilberth (SGP) falou que ainda em dezembro disponibilizará 3 palestras na plataforma EAD da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Deliberações:

- 1) ASCOM-WEB: apresentar propostas sobre como melhorar as transmissões e ainda a disponibilização (local e qualidade) dos eventos realizados (ou na intranet ou na plataforma EAD etc)?
- 2) STIC: orçar e submeter à apreciação superior, o custo do incremento do contrato de rede para melhorar a qualidade desse serviço na ZEs.
- 3) SGP: disponibilizar 3 palestras até dezembro na plataforma EAD.

Assunto: Elaboração de um quadro resumo sobre os telefones e ramais úteis aos “Zoneiros”: detalhando o setor ou o servidor responsável por multas judiciais, setor ou servidor responsável por prestação de contas etc.

Explanado por: Francisca de Oliveira Garcia (Chefe de Cartório da 54ª ZE)

Tratativas:

- Francisca (54ª ZE) explicou que os servidores das Zonas têm dificuldades em localizar os servidores da sede que são responsáveis por assuntos de interesse das Zonas. Sugeriu que o TRE disponibilize um quadro detalhado da seção responsável por cada tema.
- Débora (SAF) informou que, inclusive, já atendeu a demanda da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - COPEG e disponibilizou uma relação telefônica. Contudo, diante do que foi relatado na reunião, concluiu que a demanda vai além do que já foi atendido.
- Magno (CRE) reforçou que essa demanda é antiga no TRE e sugeriu que cada unidade elenque uma relação de temas com seus respectivos responsáveis para que seja disponibilizado às Zonas.
- Joelma (55ª ZE) sugeriu que as pessoas conheçam e saibam informar sobre todas as atribuições de sua unidade.
- Gualter (STIC) mencionou sobre a Central TI, a qual o atendente possui o registro de possíveis problemas com as soluções respectivas, visando solucionar os problemas em até 15 minutos. Caso não consiga resolver, a demanda é encaminhada para o segundo nível. Frisou a importância de que, pelo menos, 2 pessoas entendem sobre cada sistema e explicou que na TI a sugestão de Joelma é impraticável, pois não é possível que todas as pessoas conheçam e saibam prestar esclarecimentos sobre todos os sistemas. Evidenciou que a estrutura de atendimento semelhante à da Central TI é praticada no mundo inteiro, evitando que pessoas que deveriam estar resolvendo desafios mais complexos se prendam a atender inúmeras ligações telefônicas para resolver problemas mais simples, de fácil solução. Afirmou que a Central TI do TRE-MA consegue resolver mais de 80% dos problemas no primeiro nível e, além disso, tudo fica documentado e registrado, gerando dados estatísticos.
- Mayron (19ª ZE) explicou que as demandas não relacionadas a TI, não seguem um padrão e que, infelizmente, muitas vezes, os Chefes das Seções concentram as informações e, em suas ausências, as Zonas ficam desassistidas, sem conseguir obter as informações necessárias.
- Francisca (54ª ZE) esclareceu que a demanda a ser apresentada por Fábio Ximenes (10ª ZE) complementar esse assunto.

Deliberações:

- 1) Essa demanda será complementada pela explanação de Fábio Ximenes (10ª ZE).

Assunto: Atualização do Manual de Práticas Cartorárias

Explanado por: Fábio Ximenes (Chefe de Cartório da 10ª ZE)

Tratativas:

- Fábio (10ª ZE) solicitou a atualização do manual de práticas cartorárias, pois o atual, que está disponível na intranet, é uma compilação de materiais oriundos de vários TREs, que precisa estar sendo atualizado pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) continuamente, o que nem sempre vem sendo feito. Ressaltou que isso vem gerando uma consequência direta nas ZEs: a ausência de procedimentos padrão, resultando que as Zonas realizem os mesmos procedimentos de diferentes formas. A atualização desse manual precisa ser realizada de forma constante pelos setores competentes por cada assunto, e não apenas pela CRE. Sugeriu que tudo seja disponibilizado na

intranet, em local de fácil acesso, e ainda que seja permitida a consulta por assunto. Que na aba de cada um desses assuntos sejam disponibilizados diversos materiais, tais como: fluxograma, manuais, documentos etc. Destacou a importância das informações serem de conhecimento de todos da unidade (setor) e não apenas da pessoa do chefe (individual), para não haver dúvidas ou ficarem reféns, sem saber a quem recorrer em caso de afastamentos do detentor do conhecimento. Frisou que o tribunal precisa voltar a sua atenção para as zonas!

- Gualter (STIC) sugeriu que esse manual digital seja disponibilizado tanto no computador quanto nos dispositivos móveis, pois é uma tendência do TSE.
- Joelma (55ª ZE) sugeriu, inclusive, que sejam disponibilizadas no manual: as jurisprudências, mudanças de posicionamentos, com os respectivos procedimentos a serem adotados. Solicitou ainda que as alterações de entendimento da Corte sejam comunicadas imediatamente às ZEs, via SIOCREZ.
- Williams (67ª ZE) citou que muitas jurisprudências têm repercussões práticas importantes e essa simples comunicação padronizaria o procedimento nas Zonas quanto a forma de agir.
- Juiz Dr. Eilson (106ª ZE) manifestou que muitos Chefes de Cartório não possuem formação em Direito, o que facilitaria sobremaneira a execução das atribuições.
- Fábio (10ª ZE) explanou sobre algumas competências de Seções da CRE e exemplificou que o assunto de filiação partidária agora é de responsabilidade da Seção de Gerenciamento de Dados Partidários - SEDAP (Secretaria Judiciária), mudança que as ZEs ainda não foram formalmente comunicadas.
- Mayron (19ª ZE) exemplificou o caso de depósito judicial que as zonas não sabem como proceder.
- Juiz Dr. Eilson (106ª ZE) expôs a necessidade urgente de se criarem orientações sobre a Execução Fiscal.
- Letícia (SJD) comunicou que, quanto à temática das multas e suas inscrições no CADIN, já está providenciado Resolução para padronizar essas questões.
- Juiz Dr. Eilson (106ª ZE) aludiu o caso de padronização dos modelos de documentos que constam no Sistema PJE.
- Fábio (10ª ZE) explicou que não se trata de um problema apenas das Zonas do interior, mas que as próprias Zonas da capital realizam procedimentos diferentes relativos a, por exemplo, lista de apoio de partidos.
- Gualter (STIC) aproveitou a ocasião para informar que, a partir de janeiro, o TRE usará os Sistemas PAD e SEI ao mesmo tempo para o trâmite dos procedimentos administrativos, sendo que o PAD será apenas para consulta e os processos novos tramitarão pelo SEI.
- Juiz Dr. Eilson (106ª ZE) sugeriu que se padronizem tanto os procedimentos quanto os sistemas.
- Mayron (19ª ZE) ressaltou que o Sistema PJE não é adequado para trâmite de processos administrativos devido as suas funcionalidades e requisitos.
- Fábio Ximenes (10ª ZE) apresentou a intranet do TRE-SP fazendo um comparativo com o site do TRE-MA. Concluiu que no de SP as informações ficam compiladas por assunto o que facilita sobremaneira os trabalhos das ZEs, além de ser mais organizado. Explanou ainda sobre uma proposta de criação de um setor na Secretaria de apoio aos cartórios eleitorais.
- Guilberth (SGP) perguntou se isso era uma sugestão.
- Fábio (10ª ZE) afirmou que sim.
- Guilberth (SGP) disse que, na sua opinião, o TRE precisa atender as demandas apresentadas por Fábio (10ª ZE), que inclusive não é uma demanda nova. Comunicou que está elaborando um portal do conhecimento na SGP, dividindo os temas por assuntos, e sugeriu que: haja uma reunião para tratar sobre o assunto e que o Diretor-Geral crie um grupo de trabalho, mediante portaria, para cuidar desse assunto.
- Mayron (19ª ZE) questionou se tal grupo de trabalho não iria atrasar o andamento das demandas, visto que muitos setores do tribunal deverão ser acionados.

- Guilberth (SGP) explicou que o grupo seria formado pelos organizadores do trabalho.
- Francisca (54ª ZE) ressaltou a necessidade de haver uma central responsável por esse trabalho assim que for concluído, pois não adiantaria disponibilizá-lo sem ter responsáveis.
- Guilberth (SGP) ressaltou que sua sugestão é levar o assunto ao diretor para ele definir como será feito o trabalho.
- Gualter (STIC) mostrou a necessidade de que alguém da STIC componha esse grupo de trabalho.

Deliberações:

- 1) SGP instituirá grupo de trabalho com representantes das Zonas (Chefe de Cartório), CRE, NEAD, WEBmaster, SJD, STIC entre outros para alavancar essa demanda.

Assunto: Ampliação do papel padronizador e orientador do tribunal e seus setores, bem como maior interação e comunicação entre o tribunal e as zonas

Explanado por: Fábio Ximenes (Chefe de Cartório da 10ª ZE)

Tratativas:

- Fábio (10ª ZE) ressaltou a necessidade de que as Zonas sejam vistas em sua amplitude. Mencionou que alguns regionais têm setores específicos com a atenção voltada inteiramente para as Zonas Eleitorais, dentro da CRE. Alega que não sabe como o tribunal poderia resolver essa questão, mas que percebe nitidamente a necessidade dessa seção com foco específico para as Zonas Eleitorais.
- Gualter (STIC) concordou com a proposta de Fábio (10ª ZE), entretanto não considera necessário criar mais uma seção. Pensa que uma reestruturação, subsidiada pela análise das entregas e atribuições (volume e complexidade) de cada Seção que já existe na CRE, resolveria essa situação.
- Magno (CRE) citou que existe uma seção para atender ao cadastro, mas que as questões judiciais deixam a desejar.
- Guilberth (SGP) considerou uma excelente ideia, e que tudo é possível pois qualidade técnica existe para isso. Relatou que seria necessária uma conversa para definir a melhor forma de se operacionalizar essas ideias. Suscitou que isso poderia acontecer via PAD.
- Magno (CRE) manifestou que o setor proposto por Fábio atenderia às demandas das Zonas em relação a assuntos de todo o tribunal, e que talvez não seja um setor ligado a Corregedoria, que por sua vez, tem atribuição de fiscalizar a Zona.
- Francisca (54ª ZE) ponderou que a solicitação dessa demanda poderia partir do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º grau.
- Fábio (10ª ZE) ratificou que se essa seção sendo criada, será de fundamental importância para as eleições.

Deliberações:

- 1) Ficou decidido que o Comitê de Atenção ao Primeiro grau irá formalizar a demanda.

Assunto: Pleitear junto ao TSE a retirada da ocupação do cadastro eleitoral. Pois a maior demanda eleitoral refere-se a fornecimento de certidões para fins previdenciários. Sendo que o ofício enviado ao INSS para não utilizar a certidão eleitoral para fins previdenciários, não teve efeito prático.

Explanado por: Fábio Ximenes (Chefe de Cartório da 10ª ZE)

Tratativas:

- Fábio (10ª ZE): em relação a necessidade de constar a PROFISSÃO no cadastro eleitoral, mencionou que se trata de um debate antigo, mas faz-se necessário rediscutir para avançar nesse tema, que gera muito custo e deve ser padronizado, pois, inclusive, ajudaria a coibir fraudes.
- Magno (CRE) expôs que essa certidão é um direito constitucional e expôs um breve histórico da discussão sobre esse assunto entre a CGE (Corregedoria Geral Eleitoral) e o INSS. Informou que, nessa ocasião, foi alterado o modelo da certidão, mencionando que os dados são meramente declaratórios. Quanto a solução para o custo relativo ao papel/atendimento, seria fornecer a certidão pela internet.
- Joelma (55ª ZE) reiterou que deve ser retirada a informação da profissão do cadastro eleitoral.
- Magno (CRE) ratificou que vê como solução para esse problema solicitar a disponibilização da certidão pela internet.

Deliberações:

- 1) A CRE oficiará o TSE no sentido de saber se existe estudo sobre isso e, ato contínuo, que seja solicitada a emissão da certidão, também, somente pela internet.

Assunto: A fim de garantir maior acessibilidade a enfermos e deficientes. Haveria possibilidade de aquisição de cadeiras de rodas, pelo menos para as zonas de grande e médio porte do estado.

Explanado por: Mayron (Chefe de Cartório da 19ª ZE)

Tratativas:

- Mayron (19ª ZE) levantou a necessidade de aquisição de cadeiras de rodas para as Zonas.
- Débora (SAF) informou que é possível incluir na proposta orçamentária para 2021.
- Guilberth (SGP) esclareceu que a Comissão de Acessibilidade deve ficar atenta e acompanhar o orçamento para, em caso de sobras, tentar efetivar a compra ainda em 2020, por meio de Ata de Registro de Preço. A Comissão de Acessibilidade deve realizar o levantamento da quantidade necessária.

Deliberações:

- 1) A Comissão de Acessibilidade:
 - 1.a - realizará levantamento acerca da quantidade de cadeiras de roda a serem adquiridas;
 - 1.b- realizará pesquisa de preço para incluir na proposta orçamentária para 2021 (a ser solicitada em fev/2020), a compra das cadeiras de roda;
 - 1.c- elaborará Termo de Referência (TR), com o apoio da SELIC, para aquisição das cadeiras de roda;
 - 1.d- ficará atenta e acompanhará o orçamento 2020 para, havendo sobras, tentar efetivar a compra ainda em 2020, por meio de Ata de Registro de Preço.

Assunto: Participação de representante dos “zoneiros” do interior, nos grupos de trabalho que afetem os trabalhos nas zonas. Por exemplo: no de teletrabalho, da licitação de logística etc.

Explanado por: Mayron (Chefe de Cartório da 19ª ZE)

Tratativas:

- Mayron (19ª ZE) reforçou a necessidade de representantes das zonas do interior nos grupos de trabalho que afetem as tarefas das zonas, como teletrabalho, licitação

de logística, etc. Que a colaboração pode ser feita via e-mail, que a ausência física não pode ser fator limitante.

Deliberações:

- 1) SGP (que estava conduzindo a reunião, substituindo o DG) acolheu a sugestão.

Assunto: Concessão de acesso às Zonas no SGIP para que seja realizado pela própria zona os registros de não prestação de contas e suspensão de registro ou anotação

Explanado por: Joelma (Chefe de Cartório da 55ª ZE)

Tratativas:

- Joelma (55ª ZE) quanto ao SGIP, solicitou que as Zonas tenham acesso aos registros quanto a não prestação de contas, suspensão do registro ou anotação.
- Alexjan (SEDAP) informou que assumiu há pouco tempo a chefia da Seção de Gerenciamento de Dados Partidários - SEDAP e está estudando sobre o assunto. Previu que já identificou alguns entraves:
 - a) o sistema que não autoriza que o perfil municipal atue no campo estadual;
 - b) a necessidade de trânsito em julgado e que, em casos de recursos, a zona não teria como fazer a atualização sem antes saber o resultado final de outras instâncias;
 - c) a própria legislação.
- Alexjan (SEDAP) disse ainda que seu entendimento é contrário: percebe que as zonas deveriam ter acesso a essas atualizações.

Deliberações:

- 1) Alexjan (SEDAP) encaminhará essa sugestão ao grupo de trabalho SGIP Nordeste, acreditando que a opinião do grupo não deve se sobrepor a peculiaridade de cada Regional, de forma que, caso o TRE-MA, decida por autorizar a anotação pela zona, esse entendimento deve prevalecer.

Assunto: Ressarcimento para as despesas realizadas em transporte próprio, na realização de trabalhos fora de sua sede, principalmente nos casos de concessão de diárias

Explanado por: Joelma (Chefe de Cartório da 55ª ZE)

Tratativas:

- Joelma (55ª ZE) mencionou a ausência de ressarcimento das despesas aos servidores do interior, com deslocamento em carro próprio para realização de trabalhos fora de sua sede e apresentou a forma de ressarcimento do TRE-AC, que estipulou um valor por quilometro rodado.
- Mayron (19ª ZE) citou que um estudo, inclusive, possa concluir que o ressarcimento proposto sairá mais barato que diárias, devido aos horários de transporte.
- Juiz Dr. Eilson (106ª ZE) apoia a proposta.
- Guilberth (SGP) considera que o tema realmente deve ser melhor estudado e informou que a minuta de portaria sobre diárias contempla a criação de um grupo gestor do assunto e que este deverá fazer estudo da viabilidade do atendimento da demanda.

Deliberações:

- 1) SGP proporá ao grupo responsável pelas diárias o estudo sobre o ressarcimento de deslocamento com veículo próprio. Afirmou que informará as zonas sobre a

criação do grupo, cuja formação deverá ser definida ainda este ano.

Término do turno matutino às 12h

(CONTINUAÇÃO)

Início do turno vespertino às 14h55

André (Diretor-Geral):

- Iniciou esclarecendo a situação do acesso ao SGIP pelas Zonas, que não é uma demanda nova e que a matéria já está em discussão em nível de TSE. Ficou de verificar como anda essa discussão.
- Em relação à padronização das tarefas nas zonas, mencionou que algumas matérias já estão sendo analisadas, inclusive quanto à questão da inscrição de multas no CADIN, cuja regulamentação já está com a minuta pronta, que abrirá para as secretarias e as zonas se manifestarem antes de apresentá-la ao Presidente, que a submeterá à apreciação pela Corte.
- Quanto ao PJE mencionou que o próprio sistema já vem com fluxo além do que está definido em lei, não havendo muito o que regulamentar. Quanto aos processos penais, o TSE está fazendo um estudo para emitir regulamentação, por isso a discussão foi suspensa em alguns Regionais, para aguardar regulamentação superior.
- Quanto a obtenção de certidões, o DG falou que levou esse tema ao TSE em agosto/setembro, e verificou a dificuldade por parte deles em entender a razão do problema, e que fez o pedido de retirar o campo da profissão no teor dessa certidão, e eles ficaram de estudar esse pedido, visto que essa afirmação não é imprescindível para a justiça eleitoral. O DG ficou de entrar em contato com o TSE para saber sobre o andamento dessa solicitação.
- Quanto ao pedido de cadeiras de rodas, não há dotação orçamentária para 2020 e que não há como garantir isso. Só é possível saber, ao final do primeiro semestre/2020, mas a comissão de acessibilidade ficará ciente dessa demanda e a alta administração da época verificará a viabilidade do pedido.

Deliberações:

- 1) DG verificará como está no TSE a discussão acerca do SGIP, considerando essa nova demanda.
- 2) DG encaminhará para manifestação de todos, minuta de regulamentação no âmbito deste TRE/MA da inscrição dos créditos oriundos de processos de prestação de contas no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público – CADIN.
- 3) DG contatará o TSE para obter informação sobre o andamento da solicitação relativa a obtenção de certidões (campo: profissão).

Assunto: O TJMA realizou um interessante trabalho de assistência médica aos servidores. Onde houve um deslocamento de profissionais da saúde para comarcas do interior, prestando serviços médicos, odontológicos e psiquiátricos aos servidores. Haveria alguma medida a ser adotada pelo TRE-MA que possibilitaria que os benefícios médicos e assistenciais chegassem aos “zoneiros” do interior?

Explanado por: Willians Sobreira (Chefe de Cartório da 67ª ZE)

Tratativas:

- Williams (67ª ZE) solicitou atendimento médico para servidores lotados no interior do Estado, assim como faz o TJMA, em forma de comitiva.
- Guilberth (SGP) disse que o TJMA fez acordo de cooperação técnica com a UFMA levando essa comitiva e que o TRE já fez esse contato com a UFMA, que apresentou proposta de 276 mil reais, sendo que o TRE não tem orçamento disponível e nem condições de fazer esse trabalho com os médicos do próprio TRE, que trabalham em regime de escala. A administração teria que definir se é viável solicitar esse dinheiro para o TSE.
- Williams (67ª ZE) mencionou que se o atendimento fosse feito em pólos o valor do acordo de cooperação técnica seria mais barato.
- Mayron (19ª ZE) questionou qual seria o impedimento dos médicos do TRE fazerem esse trabalho.
- Guilberth (SGP) explicou que, de qualquer forma, iria precisar de orçamento para diárias e que, no momento, não existe previsão.
- O DG falou que a ideia é muito boa, visto que o número de servidores e magistrados com problemas de saúde é muito grande. Alegou que o assunto merece um estudo de viabilidade, pensar em alternativas, apresentar as várias formas de realizar esse trabalho, se seria por contrato de cooperação técnica ou com servidores do quadro; que hoje não tem previsão orçamentária, mas que merece um estudo de viabilidade pelo Comitê de Saúde, que o debate deve ser levado ao comitê.
- Guilberth (SGP) falou que o comitê tem a intenção de fazer

Deliberações:

- 1) SGP informou que o Comitê de Saúde verificará a viabilidade técnica dessa demanda.

Assunto: Sistema de Controle e Movimentação de Patrimônios ou adaptação de sistema já existente

Explanado por: Willians Sobreira (Chefe de Cartório da 67ª ZE)

Tratativas:

- Williams (67ª ZE) solicitou melhoria no sistema de movimentação de patrimônio, visto que muitas vezes o servidor da zona tem dificuldades de encontrar o comprovante de que já devolveu o bem para a sede.
- Egídio (SEADB-STIC) explicou que, por questão de segurança, só o pessoal da Seção de Gestão de Patrimônio - SEGEP pode fazer a movimentação de bens.
- Débora (SAF) explicou que o ASIWEB é um sistema do TSE, disponibilizado para os Regionais e que fica a cargo da SEGEP. Contudo, precisa verificar se é possível as zonas terem acesso.
- O DG acredita não ser possível, entretanto pode haver alguma alternativa de criar um mecanismo para que as Zonas informem sobre a movimentação do bem.
- Mayron (19ª ZE) sugeriu que o sistema tivesse também um mecanismo de acompanhamento do material de informática.
- Kely (COSIS-STIC) informou que isso é feito através de abertura de chamado, cujo controle acontece via e-mail.
- Gualter (STIC) citou que este ano foi atípico para a STIC devido a biometria, pois ficou sem reserva técnica e que as Zonas ficaram, de fato, esperando os consertos de alguns equipamentos. Solicitou pediu que os representantes das Zonas comuniquem aos demais que, quando os equipamentos danificarem, eles enviem para a sede, de imediato, para que não se perca a garantia.
- Juiz Dr. Douglas (14ª ZE) mencionou que o TJMA deixa o encaminhamento do material com senha fornecida ao Juiz na própria comarca, sem que o material tenha que ser enviado para o TJ.

- Joelma (55ª ZE) citou que se não puder fornecer a senha para que o sistema seja alimentado pela Zona, que seja acatada a ideia de Egídio de criar um mecanismo para comunicar o envio.
- DG falou que esse procedimento não retira a responsabilidade da Zona com a guarda de seus documentos de registro, pois a própria zona precisa ter a guarda dos documentos.
- Mayron (19ª ZE) informou que as vezes se trata de um bem antigo e que o ofício já foi até descartado.
- Francisca (54ª ZE) ponderou que, quando chega um chefe de cartório novo, ele não assinou termo de responsabilidade e, no entanto, ele será o responsável pelo patrimônio.
- DG ponderou que tem que ficar a cargo do novo Chefe de Cartório verificar o patrimônio da Zona ao assumir sua função. Ponderou que nenhum sistema conseguirá resolver esse problema, que somente por meio de sindicância poderá apurar o fato, mediante análise de documentação. A única forma de quem está assumindo se eximir é fazer um inventário ao assumir a nova função.

Deliberações:

- 1) Chefes de Cartório: sempre que assumirem a Função, deverão verificar o Patrimônio da Zona.

Assunto: Segurança da Informação

Explanado por: Antônio Ferreira (STIC)

Tratativas:

- Antônio fez explanação e apresentou slides sobre a importância da segurança da informação, ponderando que o esforço deve ser conjunto.
- Fábio (10ª ZE) ponderou que, durante o treinamento do Sistema PJE, a orientação é que os documentos pessoais sejam cadastrados como sigilosos.
- DG mencionou que está em estudo uma rota de fuga a ser traçada em caso de incêndio na sede do TRE.
- Joelma (55ª ZE) ponderou que muitas vezes o servidor e magistrado removido continuam com acesso às informações da Zona anterior.
- Egídio (SEADB-STIC) falou que cabe ao Chefe de Cartório anterior fazer a exclusão devida, e ao Chefe novo fazer as devidas inclusões.
- Antônio Ferreira (STIC) comunicou que o portal de segurança da informação será lançado em breve.

Deliberações:

- 1) Servidores das ZEs: em relação ao Sistema PJE, a orientação é que os documentos pessoais sejam cadastrados como sigilosos.

Assunto: A regulamentação no âmbito deste TRE/MA da inscrição dos créditos oriundos de processos de prestação de contas no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público - CADIN

Explanado por: Williams Sobreira (Chefe de Cartório da 67ª ZE)

Tratativas:

- Williams (67ª ZE) explanou sobre a falta de orientações acerca do CADIN.
- DG, novamente, explicou que o assunto já foi debatido e que abrirá tramite colaborativo quando a resolução estiver pronta para que as zonas se manifestem, e antes

da deliberação pela corte. Acredita que essa regulamentação seja aprovada até dezembro, nem que seja na última sessão do ano.

- Francisca (54ª ZE) lembrou de um caso que descobriu que a Receita Federal estava enviando as inscrições para o CADIN.

Deliberações:

- 1) DG encaminhará para manifestação de todos, minuta de regulamentação no âmbito deste TRE/MA da inscrição dos créditos oriundos de processos de prestação de contas no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público – CADIN.

Assunto: Ante a proibição de requisição de servidores com funções incompatíveis com atividades da justiça eleitoral, como ficará as questões de limpeza e segurança nas zonas eleitorais? Será permitido aos juizes eleitorais a formalização de termo de parceria?

Explanado por: Willians Sobreira (Chefe de Cartório da 67ª ZE)

Tratativas:

- Williams (67ª ZE): acerca da devolução de servidores requisitados com funções incompatíveis com a atividade da justiça eleitoral, alguns cartórios ficaram descobertos quanto a limpeza.
- DG se comprometeu a solicitar às Secretarias de Administração e Finanças (SAF) que elaborem um estudo sobre Termo de Cooperação a ser firmado pelo TRE.
- Mayron (19ª ZE) mencionou que o Termo de Cooperação seria uma medida paliativa. O ideal seria que o TRE resolvesse a questão de forma definitiva, visto que a Justiça Eleitoral fica muitas vezes à mercê das Prefeituras. Compreende que o contrato é extremamente oneroso, mas que essa relação com a Prefeitura é indesejável.
- DG em uma conta rápida, demonstrou que seria necessário aproximadamente uns 3 milhões para viabilizar esse contrato, o que seria inviável em um orçamento global de 18 milhões. Ressaltou que entende a demanda e a considera justa. Seria a situação ideal, mas, infelizmente, por hora, não é possível atender.
- Débora (SAF) disse que a intenção é monitoramento com câmeras em todos os cartórios.
- Williams (67ª ZE) expôs que, muitas vezes, o circuito de câmeras não resolve a segurança pessoal dos servidores.

Deliberações:

- 1) Secretarias de Administração e Finanças (SAF) elaborar um estudo sobre Termo de Cooperação a ser firmado pelo TRE.

Assunto: Suprimentos de Fundos (estiva)

Explanado por: Mateus Alencar (Gerente do processo Suprimento de Fundos)

Tratativas:

- Mateus (SELIC) explicou sobre o volume de trabalho realizado no trâmite de 98 processos de suprimento de fundos de estiva para descarregar os caminhões e mais 98 processos para carregar. A proposta é que a estiva seja contratada mediante licitação, e os estivadores desloquem-se junto com os caminhões.
- Edson (COLOG) informou que o valor é de 41 mil para cada turno, e que estão finalizando os estudos.
- Mayron (19ª ZE) relatou que houve uma sugestão em outra reunião sobre a estiva e lembra que alguém do Controle Interno falou sobre a contratação de um seguro, pois os estivadores irão se deslocar da capital para os interiores.

- Edson (COLOG) informou que o pessoal de licitação não relatou essa necessidade, que pretendem contratar por dois períodos de 30 dias a força de trabalho com as diárias.

Deliberações:

- 1) Edson (COLOG) e Mateus (SELIC) estão providenciando Termo de Referência para contratar estivadores, mediante licitação, para que se desloquem junto com os caminhões.

Assunto: Logística: rotas e contratação

Explanado por: Edson Macedo (Gerente do processo Logística)

Tratativas:

- Edson (COLOG) informou que enviou um PAD individual sobre as rotas para todos os cartórios. Reconhece que os Chefes de Cartórios têm várias atribuições, mas é necessário fazer o levantamento das rotas e que o período estimado para esse trabalho é de um mês. Solicitou que os representantes participem sobre essa necessidade aos demais Chefes de Cartório para que cumpram o prazo solicitado. Citou que houve um estudo sobre as formas de licitação da logística e que a maioria já licita com as rotas prontas. Reafirmou a necessidade desses levantamentos de rotas atualizado para que a COLOG possa realizar a cotação de preços.
- DG informou que a logística é da Justiça Eleitoral, não do Chefe de Cartório, pois quem fez a rota foi o servidor, no exercício do cargo, por isso tem que informar ao Tribunal. Não pode se achar dono da logística, o que se faz no trabalho é do órgão, não adianta segurar as rotas, não repassar informações. Solicitou aos representantes que comuniquem aos demais Chefes de Cartório que a rota pertence ao Tribunal e que reter informações não fará com que a logística volte a ser via suprimento de fundos, pois já foi definido que será mediante contratação.
- Williams (67ª ZE) sugeriu que o juiz da Zona seja informado quando um servidor não quiser repassar a rota.
- Joelma (55ª ZE) solicitou o empenho dos colegas gerentes do processo para que tenham a certeza de que a COLOG incluiu no Termo de Referência o tipo de veículo.
- Edson (COLOG) afirmou que estará sim no Termo de Referência o tipo de veículo sugerido pelos Chefes, pois fazem parte da composição das rotas e a contratação para a próxima eleição será por rotas.
- Williams (67ª ZE) disse que em 2018 a execução não ocorreu como foi contratado e gostaria de saber como a COLOG fará para garantir isso em 2020.
- Edson (COLOG) informou que as rotas no contrato passado eram apenas sugeridas, pois o contrato foi por kit, por urna. Contudo, agora, a contratação será por rotas.
- Joelma (55ª ZE) deseja saber se no Termo de Referência constará alguma penalidade para a empresa que fará o serviço, caso não o cumpra como previsto.
- Edson (COLOG) afirmou que a forma de contratação será por rotas, contemplando os carros sugeridos pelos cartórios, da forma que os Chefes informarem e que, caso não executem o contratado, sofrerão penalidades previstas no edital. Lembrou que na eleição passada submeteu o Termo de Referência à apreciação de todos antes de formalizar o pedido e assim o fará com o próximo.
- Gualter (STIC) explicou como a licitação não pode ser direcionada.
- Edson (COLOG) após ser questionado sobre a exigência de carteira de motorista, informou que não pode exigir carteira nem idade de veículo, para não inviabilizar a licitação e que, apesar de ser a primeira vez com contratação por licitação, na eleição passada foi a primeira vez que a apuração encerrou no mesmo dia da eleição.

Deliberações:

- 1) Chefes de Cartório do Comitê 1º Grau: solicitar aos demais chefes de cartório que respondam as rotas, conforme demandado pela COLOG, para viabilizar uma melhor contratação de logística, via licitação.
- 2) Edson (COLOG) submeterá o Termo de Referência para contratação de logística à apreciação de todos antes de formalizá-lo.

Assunto: Mesário-semana do mesário voluntário

Explanado por: Carlos Rogério (Gerente do processo Mesários)

Tratativas:

- Carlos Rogério (NEAD-COEDE-SGP) explanou sobre a semana do mesário voluntário. Informou que pretende lançar a campanha do mesário voluntário nos dias 10 a 14 de fevereiro/2020. Ressaltou que não será obrigatório, mas abrirá um PAD para que todas as zonas informem se tem interesse em participar, para que possam disponibilizar o material com a devida antecedência.
- Williams (67ª ZE) informou que a área do mesário voluntário não está acessível na internet.
- Fábio (10ZE) disse que não tinha conhecimento desse problema mas irá verificar.

Deliberações:

- 1) Carlos Rogério (NEAD-COEDE-SGP) lançará a campanha mesário voluntário nos dias 10 a 14/02/2020. Criará PAD para que todas as zonas informem se tem interesse em participar, para que possam disponibilizar o material com a devida antecedência.
- 2) Chefes de Cartório: responder PAD sobre interesse de aderir ao mesário voluntário.
- 3) Fabio Ximenes: verificar com a Webmaster sobre o acesso à área mesário voluntário na internet.

Assunto: Monitoramento do Planejamento das Eleições

Explanado por: André (Diretor-Geral)

Tratativas:

• André (DG) ressaltou a necessidade de acompanhar o planejamento das eleições através do sistema sobre a execução do planejado PADLOG. Nos processos de eleição que são nossa razão de ser, o nosso mecanismo de cobrança será diferenciado. A alimentação do sistema PADLOG passa a ser obrigatória, e semanalmente será monitorado e cobrado pessoalmente os atrasos. Afinal, o próprio gerente planejou suas atividades, não pode dizer que não houve tempo hábil de executá-las. Quem tiver qualquer dificuldade pode conversar com a equipe da COPEG para saná-las. Fará esse monitoramento semanal, pois a maturidade organizacional não pode ainda abrir mão de exigências, por isso foi instituída como obrigação a alimentação do sistema e a cobrança semanal. Espera não ter problemas com os processos de eleição, pois trata-se da razão de existir do TRE-MA, é onde temos mais maturidade. Caso perceba que a execução está ruim, chamará para uma reunião.

Deliberações:

- 1) Gerentes dos processos de eleição deverão atualizar no PADLOG a situação das atividades do seu processo de eleição toda sexta-feira (ou dia útil subsequente). Caso tenha alguma dúvida, basta solicitar apoio da equipe COPEG.

- 2) DG monitorará a execução do planejamento de eleição semanalmente e se reunirá com quem tiver com dificuldades de cumprir o que planejou, buscando solucionar as causas dos problemas enfrentados.

Assunto: Avaliação dos processos de eleição

Explanado por: Franklin Sousa (Chefe da SEPEQ-COPEG)

Tratativas:

• Franklin (SEPEQ/COPEG) explicou como se dará a avaliação, prazos, formas e responsáveis. Que todos os gerentes de processos de eleição deverão encaminhar as questões da avaliação de seu processo para a COPEG, via PAD, até dia 29/11/2019. A avaliação deve conter, no máximo, cinco blocos com até cinco questões cada. Questões estas que possam ser respondidas com ponderação de 1 a 5 onde 1 é péssimo, 2 é ruim, 3 é razoável, 4 é bom e 5 é ótimo. Haverá ainda outra forma de avaliação, pelo cumprimento das metas dos indicadores propostos pelos gerentes de cada processo, além da autoavaliação que ocorrerá em novembro de 2020.

Deliberações:

- 1) COPEG solicitará, via PAD, as perguntas relativas a avaliação de cada processo de Eleição
- 2) Gerentes dos processos de Eleição: responderão esse PAD até o dia 29/nov/2019.
- 3) A avaliação será realizada de quatro formas: a- avaliação do cliente do processo; b- autoavaliação; c- análise do cumprimento das metas dos indicadores de cada processo e d-cumprimento do cronograma.

Assunto: Alterações na Resolução CNJ nº 194/2014

Explanado por: André (Diretor-Geral)

Tratativas:

• André (DG) expôs as mudanças na Resolução que instituiu a Política de Atenção Prioritário ao Primeiro Grau e que teremos que atualizar nossa a Resolução deste TRE. Informou sobre a possibilidade de nova composição, mas que ainda analisará de forma mais criteriosa todas as alterações para submeter à apreciação de todos, antes de ser levada à apreciação superior e antes da próxima reunião.

• Joelma (55ª ZE) mencionou acerca do desgaste que essa mudança causaria, que, se for o caso, seria melhor apenas acrescentar os dois juízes de 2º grau exigidos, sem realizar nova eleição para toda a composição.

• André (DG) afirmou que fará a análise, e que ainda não pode dizer o que vai mudar, nem como vai mudar, nem escolher quem vai sair. Afirmou que será uma escolha democrática e justa.

Deliberações:

- 1) COPEG encaminhará ao DG minuta de Resolução pontuando cada item reformulado.
- 2) DG submeterá a minuta, primeiro, à apreciação de todos e, em seguida, à apreciação do Presidente.

Assunto: Desconto da cota-parte do servidor quanto ao auxílio pré-escola

Explanado por: Mayron (Chefe de Cartório da 19ª ZE)

Tratativas:

- Mayron (19ª ZE) informou que, recentemente, percebeu que alguns juízes federais estão considerando ilegal o desconto da cota-parte do servidor quanto ao auxílio pré-escola. Mencionou que o TRE de Sergipe não faz essa cobrança. Solicitou que o TRE realize pesquisa em relação a esse assunto.
- André (DG) disse que vai passar a demanda para Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) para apresentar o estudo já na próxima reunião.

Deliberações:

- 1) SGP realizar estudo nos demais TREs e outros órgãos federais sobre o desconto da cota-parte do servidor quanto ao auxílio pré-escola, pois o TRE de Sergipe não faz essa cobrança. Apresentar resultado desse levantamento já na próxima reunião.

Assunto: Termo de Cooperação Técnica com a OAB

Explanado por: Juiz Dr Eilson (106ª ZE, representante da AMMA no Conselho Gestor)

Tratativas:

- Juiz Dr Eilson (106ª ZE) expôs que é necessário verificar quem paga o advogado dativo.
- André (DG) informou que, em tese, é de competência da União disponibilizar advogado para quem não tem como arcar.
- Mayron (19ª ZE) informou que passou por essa situação em Timon e a advogada precisou entrar com pedido judicial. Informou que em São Paulo foi firmado Termos de Cooperação Técnica com a OAB.
- André (DG) se comprometeu a entrar em contato com TRE-SP para saber mais sobre esse convênio com a OAB. Citou que o país inteiro enfrenta isso por ser uma responsabilidade do Estado prover esse tipo de advogado.

Deliberações:

- 1) André (DG) se comprometeu a entrar em contato com TRE-SP para saber mais sobre esse convênio/ Termo de Cooperação com a OAB.

Assunto: Plantão durante o recesso

Explanado por: Willians Sobreira (Chefe de Cartório da 67ª ZE)

Tratativas:

- Willians (67ª ZE) questionou sobre como será realizado o plantão durante o recesso.
- André (DG) informou que ainda não foi definido, mas pretende fazer um plantão mínimo, assim como o TSE. Citou que a tendência será fechar tudo.
- Magno (CRE) pontuou que, por conta da revisão biométrica, existirão muitos títulos cancelados e os eleitores vão querer regularizar a situação de seu título nesse período. Contudo, se o cartório estiver fechado não será possível.

- André (DG) afirmou que se é recesso, é recesso e deve fechar e funcionar somente o plantão, mas essa é uma opinião pessoal. A decisão final caberá ao presidente. Há uma tendência em acompanhar o que o TSE fizer. Devemos aguardar a definição do TSE e a decisão do Presidente.

Deliberações:

- 1) André (DG) informou que estão aguardando a definição do TSE. Após serem cientificados de como o TSE procederá, o Presidente decidirá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- André (DG) avaliou a reunião como muito produtiva, visto que o TRE atendeu às reivindicações das ZEs, tratando os assuntos trazidos pelo próprio Comitê. Informou que muitas das demandas já estão sob análise de viabilidade pelos responsáveis e que a comunicação vem sendo melhorada com essas reuniões. Ponderou que ainda precisamos aprimorar a comunicação interna para que isso possibilite maior crescimento institucional. Pontuou que as informações sinalizadas são demandas importantes e evidenciaram a real necessidade dos cartórios eleitorais.

- Williams (67ª ZE) reforçou a ideia de criação da seção de apoio às Zonas
- André (DG) afirmou que essa demanda precisa ser estudada, pois requer um deslocamento da força de trabalho. Alegou que a criação de uma nova seção precisa de servidores para lotação e todos os demais aspectos envolvidos.
- Fábio (10ª ZE) voltou a defender a tese de que seria um setor com a atenção inteiramente voltada para as Zonas, que sendo na CRE ou não, ele não teria que resolver todos os problemas, mas que ficaria comprometido em encaminhar e acompanhar as soluções de cada problema sinalizado.
- André (DG) se comprometeu a analisar e estudar a proposta, e mencionou que está tentando formar uma equipe para prestar suporte às zonas eleitorais sobre o PJE.

Deliberações:

- 1) André (DG) analisará proposta de Fábio quanto a criação de uma seção para prestar suporte às ZEs.
- 2) André (DG) e SGP está tentando formar uma equipe para prestar suporte às zonas eleitorais sobre o PJE

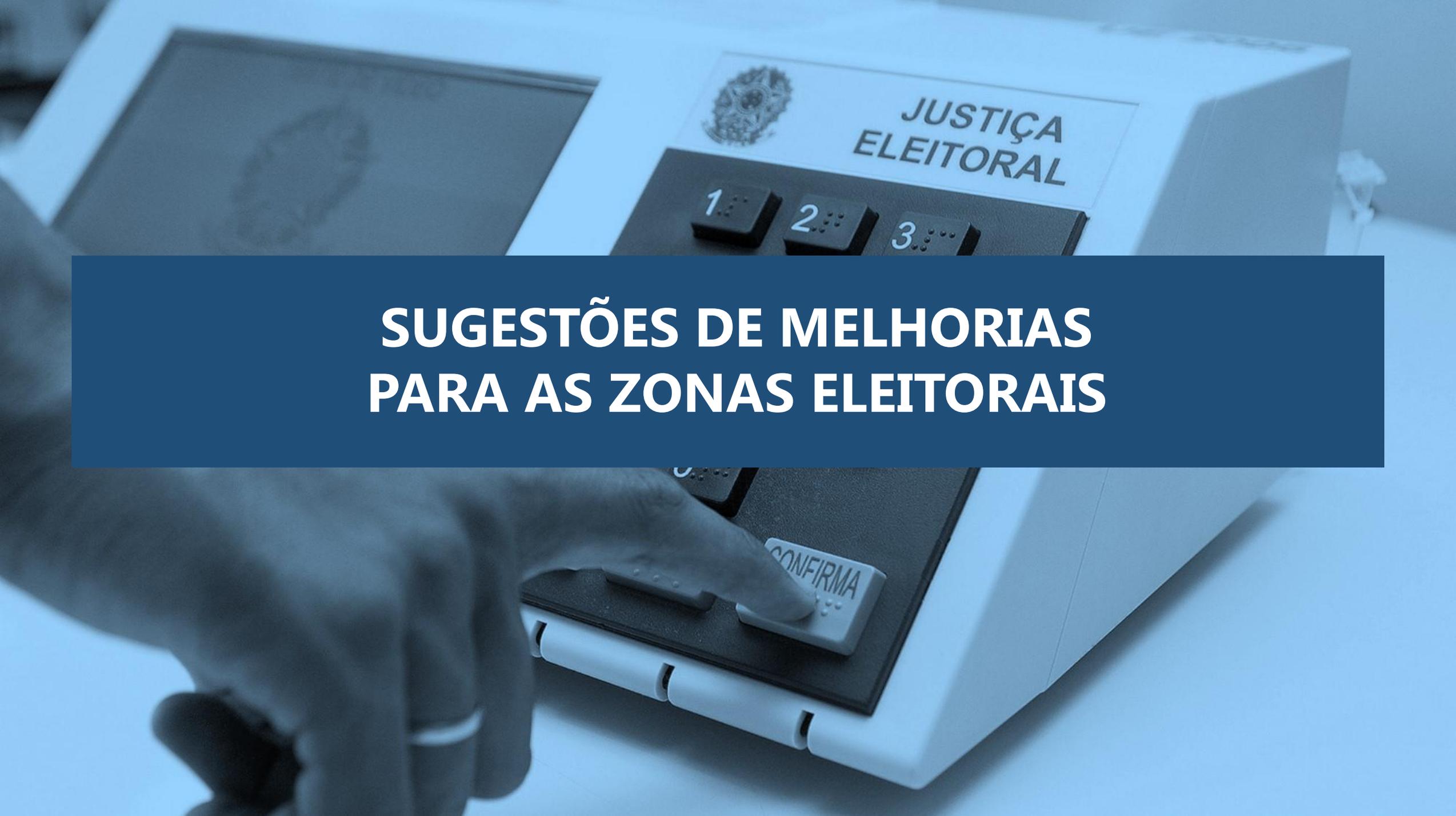
O DG encerrou a reunião, informando que a próxima acontecerá no próximo ano.

Lista de Presença

<ul style="list-style-type: none">• André Menezes Mendes – Diretor-Geral• Magistrado Eilson Santos da Silva (indicado pela AMMA-Conselho	Convidados – Gerentes de Processos <ul style="list-style-type: none">• Alexjan Costa Sousa – SJD – Gerente Registro de Candidaturas
---	--

Gestor)

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Magistrado Douglas Lima da Guia• Magistrada Laysa de Jesus Paz Martins Mendes (indicada pela AMMA-Comitê 1º Grau)• Magistrada Rosária de Fátima Almeida Duarte• Letícia Silva Portela – Secretária da SJD• Débora Marcia Soares Veras - Secretária da SAF• Gualter Gonçalves Lopes Júnior – Secretário da STIC• Guilberth Marinho Garcêz – Secretário da SGP• Allana Machado Prazeres Costa – (indicada pelo SINTRAJUFE, representante dos servidores da Secretaria-Conselho Gestor)• Rhycleyson Campos Paiva Martins– Assessor Chefe da CRE• Carolina Cortese Coelho – Coordenadora da COGIN• Williams Sobreira Soares – Chefe de Cartório – 67ª Zona• Francisca de Oliveira Garcia – Chefe de Cartório – 54ª Zona• Mayron Leôncio de Sousa e Silva – Chefe de Cartório – 19ª Zona• Joelma Neres Torres – Chefe de Cartório – 55ª Zona• Fábio Cantanhede Ximenes – Chefe de Cartório – 10ª Zona• Karla de Faria Abdala Félix – Coordenadora da COPEG• Clédina Francisca de Assis Lobato Reis – Chefe da SEPLA - COPEG• Franklin de Araújo Sousa – Chefe da SEPEQ - COPEG• Luciana Linard S. Malveira – SEPLA -COPEG• Célia Regina Carneiro da Silva Mesquita – SEPLA - COPEG• Carolina Pereira de Oliveira – SEPLA - COPEG• Antônio Ferreira da Costa Filho - GABSTIC | <ul style="list-style-type: none">• José de Ribamar Lopes Portela – GABCOPES – Gerente Oficial de Justiça• Mateus Marinho Alencar – SELIC – Gerente Suprimento de Fundos• Edson Luis Santana de Macêdo – COLOG – Gerente Logística de Urnas e Material• Luan Rafael dos Santos Ferreira – COLOG – Gerente Auxiliares de Apoio às Eleições• Raimunda Mendes Costa – COCIN – Gerente Prestação de Contas• Adriane Rocha – SECEP – Gerente Prestação de Contas• Carlos Rogério Penha – NEAD/COEDE – Gerente Mesários• Alfredo Ferreira de Sousa - SEPES – Gerente Designação de Juízes• Sherlan Buhatem Anunciação – COLAC – Gerente Contratações• Flávio Ricardo Louzeiro – ASCOM – Gerente Comunicação (substituto)• Eloise Elena Sousa de Melo – ATCRE – Gerente Reunião de Juízes• Egídio de Carvalho Ribeiro Júnior – SEADB – Gerente Postos Avançados de Transmissão• Roberto Magno Aguiar Frazão – CRE – Gerente Fechamento de Cadastro e Fiscalização de Propaganda• Alysson Cristiano Maximo Diniz – SESET – Gerente Segurança• Edson Cunha do Nascimento Júnior – SESEG – Gerente Veículos• Helena Antônia de Sousa Paiva – SEGAL – Gerente Material de Consumo• Mariana Herculana Anjos Destro – CRE – Gerente Auditoria de Funcionamento das Urnas• Francisca Kelyane Saraiva Martins – COSIS – Gerente Geração de Mídia e Carga e Lacre |
|---|--|



JUSTIÇA
ELEITORAL

SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA AS ZONAS ELEITORAIS

ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE PRÁTICAS CARTORÁRIAS

SUGESTÕES:

1. Dividir material por assunto e disponibilizar na Intranet com pastas por tópico – facilitar consulta
2. Especificar em cada assunto tratado o setor competente
3. Apresentar Fluxograma para os procedimentos administrativos e judiciais
4. Atualização permanente do manual pelos setores competentes
5. Alterações deverão ser comunicadas imediatamente via SIOCREZ

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **Seção de Inspeção e Correição- SEICO/CRE**
 - Função Correicional
 - Livros Obrigatórios
 - Nomenclatura dos Livros
 - Pastas obrigatórias
 - Descarte de Materiais

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **SERSE (Seção de Regularização da Situação Eleitoral e Procedimentos Cartorários – SERSE/CRE)**
 - Atendimento ao Público
 - Cadastro Eleitoral
 - Operações no Cadastro Eleitoral
 - Reflexos cadastrais da Prestação de Contas
 - Período de Fechamento do Cadastro

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **SERSE (Seção de Regularização da Situação Eleitoral e Procedimentos Cartorários – SERSE/CRE)**
 - Agrupamento em Coincidência *
 - Atualização da Situação do Eleitor (ASE) *
 - Justificativa Eleitoral *
 - Criação de Local de Votação
 - Cancelamento e Exclusão de Inscrição Eleitoral
 - Mesário

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **SEDIP (Seção de Direitos Políticos – SEDIP/CRE)**
 - Direitos Políticos
 - Anotação do ASE 337 – Restrição de Direitos Políticos

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **Assunto com área redefinida para SEDAP/SJ e não informada às Zonas**
 - Filiação Partidária
 - Lista de Apoiamento
 - Listas Especiais

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **Assuntos com áreas indefinidas**
 - Inquéritos Policiais e Ações Penais
 - Procedimentos em crimes eleitorais no dia da Eleição
 - Prestação de Contas – parte jurídica
 - Multas Eleitorais - procedimentos
 - Execução Fiscal

DELIMITAÇÃO DE ASSUNTOS POR SETOR

- **Assuntos com áreas indefinidas**
 - Processos Eleitorais em espécie
 - Atos Processuais
 - Orientação quanto ao escopo de aplicação de sistemas como SEI, SADP e PJE pelas Zonas Eleitorais
 - Compilação de Jurisprudências e orientações

EXEMPLO DE BOA PRÁTICA

- **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**
- Possui em sua Intranet uma área voltada exclusivamente para as demandas das Zonas Eleitorais, facilitando encontrar facilmente assuntos específicos dos Cartórios e procedimentos a serem adotados.

<http://web1.tre-sp.gov.br/Default.asp?url=http%3A%2F%2Fweb1.tre-sp.gov.br%2FDefault.asp>

AMPLIAÇÃO DO PAPEL PADRONIZADOR E ORIENTADOR DO TRIBUNAL E SEUS SETORES

(maior interação e comunicação entre o Tribunal e as Zonas)

SUGESTÕES:

1. Definição clara dos setores competentes por cada assunto tratado pela Zona
2. Necessidade que o conhecimento do assunto seja responsabilidade do SETOR e não de uma pessoa específica.
3. Atenção de cada setor para padronizar procedimentos e repassar informações às Zonas
4. Necessidade de resposta às indagações das Zonas Eleitorais.

AMPLIAÇÃO DO PAPEL PADRONIZADOR E ORIENTADOR DO TRIBUNAL E SEUS SETORES

(maior interação e comunicação entre o Tribunal e as Zonas)

Observações da pesquisa:

- Alguns regionais apresentam uma Seção específica voltada para atender às Zonas Eleitorais, implementando ações
 - TRE/SP: Seção de Atendimento e Apoio às Zonas Eleitorais – SCAZE
 - TRE/TO: Seção de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais

REDUZIR AS FRAUDES DECORRENTES DAS PROFISSÕES DE TRABALHADOR RURAL E PESCADOR CONSTANTE NO ELO

SUGESTÃO:

1. Rever a necessidade de informação da PROFISSÃO no cadastro eleitoral.

CONSEQUÊNCIAS:

1. Redução de Custo com papel
2. Uniformização de procedimentos entre os Cartórios Eleitorais
3. Redução de demandas consideradas desnecessárias
4. Contribuir com a redução de fraudes ao INSS

TEMAS - ZONAS



FÁBIO XIMENES

- 1. Atualização do Manual de Práticas Cartorárias. (CRE)**
- 2. Ampliação do papel padronizador e orientador do tribunal e seus setores, bem como maior interação e comunicação entre o tribunal e as zonas. (CRE)**
- 3. Pleitear junto ao TSE a retirada da ocupação do cadastro eleitoral. Pois a maior demanda eleitoral refere-se a fornecimento de certidões para fins previdenciários. Sendo que o ofício enviado ao INSS para não utilizar a certidão eleitoral para fins previdenciários, não teve efeito prático. (CRE)**

TEMAS - ZONAS



FRANCISCA GARCIA

- 1. Gravação das palestras e reuniões motivacionais ou assistenciais, para repassar aos servidores do interior. (SGP)**
- 2. Elaboração de um quadro ou resumo sobre os telefones e ramais uteis aos Zoneiros. Detalhando o setor ou servidor responsável divididos por assunto. Ex: setor ou servidor responsável por multas judiciais, setor ou servidor responsável prestação de contas etc. (SAF)**

TEMAS - ZONAS



MAYRON LEÔNCIO

- 1. A fim de garantir maior acessibilidade a enfermos e deficientes. Haveria possibilidade de aquisição de cadeiras de rodas, pelo menos para as zonas de grande e médio porte do estado. (SAF)**
- 2. Participação de representante dos zoneiros do interior, nos grupos de trabalho que afetem os trabalhos nas zonas. Por exemplo: no grupo de trabalho do teletrabalho, grupo de trabalho da licitação de logística etc. (SGP)**

TEMAS - ZONAS



JOELMA TORRES

- 1. Concessão de acesso às Zonas no SGIP para que seja realizado pela própria zona os registros de não prestação de contas e suspensão de registro ou anotação. (SEDAP)**
- 2. Ressarcimento para as despesas realizadas em transporte próprio, na realização de trabalhos fora de sua sede, principalmente nos casos de concessão de diárias. (SGP)**

TEMAS - ZONAS

WILLIAMS SOBREIRA

1. A regulamentação no âmbito deste TRE/MA da inscrição dos créditos oriundos de processos de prestação de contas no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público – CADIN.
2. Ante a proibição de requisição de servidores com funções incompatíveis com atividades da justiça eleitoral, como ficará as questões de limpeza e segurança nas zonas eleitorais? será permitido aos juízes eleitorais a formalização de termo de parceria. (SAF)

TEMAS - ZONAS



WILLIAMS SOBREIRA

1. Deslocamento de profissionais da saúde para comarcas do interior, prestando serviços médicos, odontológicos e psiquiátricos aos servidores. (SGP)
2. Sistema de Controle e Movimentação de Patrimônios ou adaptação de sistema já existente. (SAF)

PROCESSOS DE ELEIÇÃO

1. Suprimento de Fundos: Estiva

2. Logística: Rotas, Contratação

3. Mesários: semana do mesário voluntário

Processos de Eleição

MONITORAMENTO

❖ SISTEMA ADOTADO

- ❖ PADLOG (intranet, Tecnologia da Informação, sistemas administrativos)

❖ PERIODICIDADE

- ❖ SEMANAL (a cada sexta-feira ou dia útil seguinte)
- ❖ Prazo inicial para atualização: 25 a 28/11

❖ FORMA

- ❖ O DG reunirá com os gerentes

AVALIAÇÃO – PROCESSOS DE ELEIÇÃO

- ▶ **Onde:** DIGA
- ▶ **Prazo:** 25 a 29/11/2019
- ▶ **Informar:** PAD
- ▶ **Como: Questionário**
 - ▶ **No máximo 5 perguntas por Blocos de assunto (no máximo 5):** exemplo de blocos: atendimento, infraestrutura, orientações, suporte, tempo etc
 - ▶ **Cada Bloco terá um campo de texto livre:** considerações, sugestões, reclamações etc.
 - ▶ **Pergunta e assunto:** o gerente do processo vai elaborar e informar pelo PAD até 29/11/2019.
 - ▶ **Resposta:** 1 a 5, onde 1 é péssimo, 2 é ruim, 3 é razoável, 4 é bom e 5 é ótimo.
- ▶ **Quem vai responder:** cliente (servidores do TRE que utilizam o serviço do processo).

AVALIAÇÃO – PROCESSOS DE ELEIÇÃO

- ▶ **Auto avaliação:** gerentes e equipe do processo
- ▶ **Onde:** DIGA
- ▶ **Prazo:** 02/11/2020 à 13/11/2020
- ▶ **Como:** Gerente responderá no DIGA os tópicos da auto avaliação elaborados pela COPEG

- ▶ **APURAÇÃO FINAL: novembro 2020**
 - ▶ Metas dos indicadores;
 - ▶ Cumprimento de cronograma;
 - ▶ Avaliação dos clientes;
 - ▶ Autoavaliação.
- ▶ **Onde:** Relatório das Eleições 2020

COMITÊ



Alterações na Resolução:

- MAGISTRADOS DO 2º GRAU
- Mandatos de 2 anos, permitida a recondução
- Votação por intranet
- Coordenação – magistrado não vinculado à órgão diretivo do TRE, eleito por seus próprios integrantes
- Reuniões trimestrais

Segurança da Informação - SI



Segurança da Informação

- Lembrar do tema SI
- Necessidade de esforço conjunto



Segurança da Informação

Responsabilidades



SI-Escopo

- A Segurança da Informação envolve segurança



SI-Responsabilidades

- SAF
 - Controles de acesso físico (furtos, roubos, atentados)
 - Elaboração de contratos, convênios, acordos de cooperação
 - Controles contra ameaças externas (incêndios, desastres naturais)
- SGP
 - Dar conhecimento das atribuições e responsabilidades em relação à SI
 - Adotar medidas por ocasião do desligamento (Engenharia social: uso de credenciais de acesso)
 - Promover capacitação
- ASCOM, CRE, Juízes Eleitorais

Segurança da Informação

Normativos



SI-Normativos

- Portaria 738_2017 - **Cria a Eqp de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes de Computadores - ETIR**
- Instrução Normativa 8_2018 - **Regras e Procedimentos da ETIR**
- Instrução Normativa 7_2018 - **Normas para Controle de Acesso à Rede e Sistemas**
- Instrução Normativa 10_2018 - **Desenvolvimento de Software Seguro**
- Diversos **processos mapeados** e publicados na internet
- Resolução que trata da **Classificação da Informação**
- Resolução para **Gestão de Ativos de Informação**
- Atividades preparatórias para início da vigência da **Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

Segurança da Informação

Nível de Maturidade



SI-Nível de Maturidade

- Esforço conjunto para elevar nível de maturidade
- Baixo nível de maturidade (TSE e TREs) → Não priorização do que é importante
- Exemplo: [Incidente no Estádio de Valley Parade \(Inglaterra\) em 1985.mp4](#)

SI-Nível de Maturidade

- EAD
- Portal da Segurança da Informação

SI-Nível de Maturidade



WhatsApp corrige falha que permite invasão do celular com arquivos MP4



Maior pirata virtual do país



Cidades dos EUA têm maior ataque hacker de todos os tempos



Stalkwares: Você sabe o que é?



O que são stalkers? Saiba como se livrar deles

+ Mais vídeos

+ M

Acesso rápido

Links para serviços do Portal da Segurança



CALENDÁRIO
Atividades e datas de reuniões



CARTILHAS
Cartilhas educativas



CONCEITOS
Conceitos sobre segurança



CURSOS
Cursos on-line sobre segurança da informação



COMUNICAR INCIDENTE DE REDE
Informe um incidente de segurança ou uma sugestão de melhorias



NORMAS
Normas, atas de reuniões e composição



SOFTWARES E FERRAMENTAS
Dicas de ferramentas e softwares para garantir a segurança de seus dados

Obrigado

Antonio Ferreira – antonio.ferreira@tre-ma.jus.br

